

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Vale entra em nova fase com fim de acordo	2
Título: Geradoras de solar vão à Justiça por benefício fiscal	4
Título: Petrobras pede tratamento análogo à embaixada	7
Título: Carnes, açúcar, minério e grãos dominam a pauta	9
Título: Fonte renovável avança no território do petróleo	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	12
Título: Privatização da Petrobras: um caso de jabuticaba brasileira: Luiz Pinguelli Rosa ...	12
Título: Compra de crédito de descarbonização deve chegar a 6 milhões nesta segunda....	14
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	17
Título: Proposta deve ser ampliada no Legislativo	17

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/10/2020****Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes****Título: Vale entra em nova fase com fim de acordo**

Passados 23 anos desde a privatização em 1997, a Vale está prestes a viver outra mudança histórica. Se há mais de duas décadas o desafio foi fazer a transição de empresa estatal para privada, agora a mineradora vai se transformar em corporação sem grupo de controle acionário definido. A companhia terá o controle disperso entre diferentes investidores, mas no novo desenho há meios de inibir que qualquer acionista tenha fatia igual ou maior que 25% do capital. Caso isso eventualmente ocorra, o sócio que atingir esse percentual terá que fazer uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) a todos os investidores de Vale, tarefa que não é simples considerando que, na sexta-feira, a empresa tinha valor de mercado de R\$ 335,3 bilhões, acima, por exemplo, de Petrobras, Itaú, Ambev e Bradesco.

Hoje a Vale ainda tem grupo de controle, formado por meia dúzia de grandes investidores institucionais, que dá as cartas a partir de posição acionária equivalente a cerca de um terço do capital social da companhia. Essa liderança é exercida por meio de atuação conjunta que permite a esses investidores eleger a maioria dos integrantes do conselho de administração da empresa, uma das maiores produtoras de minério de ferro do mundo.

A ação articulada do grupo de controle se dá via acordo de acionistas assinado em 2017 e que expira em 9 de novembro, em menos de 15 dias. O fim desse acordo será o “gatilho” para implementar mudanças societárias e de governança corporativa que vêm sendo preparadas há três anos. “É de se esperar mais uma evolução do que uma revolução”, diz conselheiro.

Analistas de bancos estão interessados em um aspecto resultante do fim do acordo de acionistas da Vale. Com o término do acordo, vão ficar livres para a venda 20,26% das ações da mineradora, algo como R\$ 68 bilhões tomando por base o valor de mercado na sexta-feira. Esse é o percentual de ações vinculado ao acordo de acionistas do qual faz parte o grupo de controle de Vale. Integram o grupo Litel, que reúne os fundos de pensão estatais - Previ, do Banco Brasil; Petros, da Petrobras; Funcef, da Caixa; e Vivest, antiga Fundação Cesp -, Bradespar, do Bradesco; a japonesa Mitsui; e a BNDESPar, o braço de participações acionárias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na prática, esses 20,26% de ações de Vale podem ser vendidos a partir de 9 de novembro, embora essa não seja a expectativa do mercado. Acredita-se que Previ, Bradespar e Mitsui vão se manter como acionistas de referência. O BNDES é visto como vendedor. Em agosto, o banco se desfez na bolsa de R\$ 8,1 bilhões de papéis de Vale em um só dia. “O que os acionistas do grupo de controle farão com suas ações só eles sabem”, diz fonte próxima da Vale. A aposta é que não haverá “corrida” para a venda pelos acionistas do grupo de controle o que, se ocorresse, teria o efeito de depreciar o valor da ação, que, na sexta-feira, fechou cotada a R\$ 63,54.

A retomada do pagamento de dividendos e de juros sobre capital próprio pela mineradora depois de Brumadinho dá folga aos fundos, sobretudo à Previ, que precisam de liquidez para pagar os compromissos com os pensionistas, e retira parte da pressão sobre a venda. Em setembro, a Vale remunerou os acionistas com R\$ 12,35 bilhões. O Itaú BBA estima que em março de 2021 a empresa possa pagar cerca de US\$ 2,5 bilhões aos acionistas, referente ao resultado do segundo semestre de 2020, com retorno (“dividend yield”) acima de 4% em dólar. É um retorno considerável tomando como referência a Selic a 2% ao ano.

Embora o principal ponto de interesse do mercado seja o destino dos 20,26% das ações dos acionistas de referência que vão ficar livres para a venda, há outros temas na agenda, sobretudo depois da tragédia de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, que deixou 259 mortos e 11 desaparecidos. A tragédia apressou o trabalho de melhoria da gestão da empresa. “Não é fácil guiar a companhia em meio a uma tragédia como a de Brumadinho”, disse fonte da mineradora.

O término do acordo de acionistas representa a conclusão de um processo que começou em 2017, quando a Vale lançou as bases para se transformar em uma corporação sem controle definido. O acordo que expira em novembro foi firmado em agosto de 2017, previsto para durar três anos, em transição em que a Vale cumpre agora a última etapa rumo à “true corporation”. Haverá, porém, desdobramentos.

Por anos era inimaginável que o grupo de controle de Vale abrisse mão do poder que tinha na companhia, mas o primeiro passo foi a unificação das duas classes de ações - preferenciais e ordinárias - em ordinárias e a migração para o Novo Mercado da B3 no fim de 2017. A seguir foram implementadas mudanças internas, na gestão dos negócios e na forma de atuar do conselho de administração, transformações ainda em curso.

A adoção de um modelo de controle acionário disperso tende a reduzir ainda mais a possibilidade de intervenção política na empresa, verificada mesmo depois da privatização, em maio de 1997. A União ainda detém 12 golden

shares de Vale que lhe dão poder de veto limitado sobre alguns temas, entre os quais mudanças de razão social, de sede e de objeto das atividades minerárias. É de se esperar que como resultado da dispersão acionária a Vale ganhe maior diversificação da base de acionistas, haja renovação do conselho de administração, a ser definida em assembleia geral de acionistas em abril de 2021, e que os administradores da empresa tenham maior independência em relação aos acionistas. É possível que a atual diretoria da empresa, sob o comando de Eduardo Bartolomeo, que assumiu a presidência da Vale depois de Brumadinho, seja reconduzida pelo conselho para mais um mandato de dois anos antes da realização da assembleia de acionistas em abril do que ano que vem. A AGO/AGE de Vale terá como um dos principais temas a renovação do conselho de administração (*ver a reportagem Assembleia de 2021 vai definir novos conselheiros*).

Em 31 de dezembro de 2019, os integrantes do grupo de controle de Vale detinham 35,66% da companhia. Hoje essa participação é de cerca de 32% do capital social da empresa. Em 30 de setembro deste ano, a fatia do grupo de controle incluía percentual de 26,57%, sendo 20,26% das ações vinculadas ao acordo de acionistas, e mais 6,31% de ações fora do acordo, portanto, disponíveis para a venda desde 2017. Além dessas participações, os fundos de pensão, receberam da Litel, em 2019, ações de Vale que passaram a deter diretamente em suas carteiras. A Previ, por exemplo, tem 80% da Litel e mais 4,99% de ações de Vale de forma direta, o que lhe assegura, no total, fatia de 14,26% da empresa.

A transferência de ações de Vale não vinculadas ao acordo de acionistas para os fundos foi possível depois de reestruturação da Litel em setembro de 2019 por meio de cisão de ativos em favor da Litela, veículo de participação dos fundos. Litel e Litela possuem 11,6% das ações da mineradora. O movimento de cisão dos ativos de Litel teve o objetivo de facilitar a venda de ações de Vale pelos fundos. Fontes dizem que integrantes do grupo de controle vêm vendendo ações de Vale em bolsa. Nada como fez o BNDES em agosto, mas as vendas têm ocorrido. Embora esses acionistas não tenham o controle de direito da empresa, pois podem ser derrotados em assembleia, têm o controle de fato. O exercem elegendo a maioria do conselho e controlando o resultado de certas decisões que exigem aprovação dos acionistas. É algo que tende a mudar a partir de 9 de novembro de 2020.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/10/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima

Título: Geradoras de solar vão à Justiça por benefício fiscal

Benefícios fiscais concedidos pelo governo para a importação de painéis de geração de energia solar criaram uma verdadeira confusão no setor elétrico, colocando em oposição empresas que desenvolvem e operam grandes usinas e fabricantes nacionais de módulos. O **Valor** apurou que o tema já foi judicializado por companhias como a Enel Green Power e a Newen (da construtora Steelcons), grandes vendedoras da fonte solar em leilões de energia nova nos últimos anos.

O principal imbróglio envolve a isenção temporária de imposto de importação de painéis bifaciais, equipamentos utilizados em usinas solares de médio e grande porte que permitem mais eficiência na produção de energia. No passado, geradores já tinham conseguido o “ex-tarifário” para um determinado modelo e, em 2019, entraram com mais um pedido, acatado neste ano.

Isenção do imposto de importação para painéis solares não funciona na prática, dizem empresas

Inicialmente, a medida foi bastante comemorada pelo setor, porque tenderia a baratear os empreendimentos - normalmente, a alíquota cobrada é de 12%. Os módulos chegam a representar mais de 50% do custo total de um projeto solar, e a imensa maioria dos equipamentos é importada, principalmente aqueles utilizados em usinas de médio e grande porte.

O problema começou quando a Câmara de Comércio Exterior (Camex) publicou, em fevereiro, uma resolução fixando um valor unitário limite para que as mercadorias fizessem jus à isenção. O valor fixado “matou” o benefício, afirmam pessoas que acompanham o tema.

Na visão de uma fonte, que pede para não ser identificada, há dois erros nesse processo. O primeiro seria fixar um valor limite, regra que só se aplica quando o produto também é fabricado no mercado doméstico. “O governo já concedeu em 2018 um ex-tarifário para outro tipo de painel bifacial, reconhecendo que o Brasil só produz monofacial. Dessa vez, ao colocar um preço, ele reconhece os produtos como a mesma coisa”.

Outro questionamento recai sobre o próprio preço fixado, calculado em reais com a taxa de câmbio do dia do pedido do ex-tarifário (fim de 2019). “O parâmetro não foi o preço do produto nacional, mas sim o do produto importado, de uma oferta específica para quem solicitou o ex-tarifário, não é uma referência de mercado. Não é assim que deveria funcionar”, diz a fonte. Além disso, com a disparada do dólar desde o ano passado, o benefício já teria nascido ineficaz.

Nas ações judiciais, empresas que desenvolvem grandes usinas solares pedem para manter o benefício fiscal sem a aplicação do valor unitário máximo. No caso da Newen, a companhia conseguiu um mandado de segurança para depositar em juízo os valores de imposto de importação, o que permitiu a liberação de mercadorias que estavam paradas no desembaraço aduaneiro.

“Vamos começar as importações para um projeto no primeiro trimestre e não temos segurança jurídica nenhuma da aplicação do benefício. Vamos aguardar a solução para seguir com nosso ‘pipeline’”, afirma o responsável por desenvolvimento de projetos da Newen, Marcos Bertol.

Outra empresa relata ter feito uma importação de 600 mil painéis para um novo empreendimento, de mais de 200 megawatts (MW), contando com o ex-tarifário. Como não conseguiu aplicar o benefício, na prática, o projeto ficou mais caro da noite para o dia.

O tema virou uma dor de cabeça para várias companhias que atuam com geração centralizada, afirma Fernando Castro, diretor de vendas no país da fabricante chinesa de módulos Risen Energy. Segundo ele, quem está judicializando o assunto confia que conseguirá reaver os valores de imposto que estão sendo pagos para liberar mercadorias já importadas.

Procurada, a Enel confirmou que também tem um processo judicial sobre o tema, mas preferiu não comentar.

De acordo com o Ministério da Economia, não houve erro no processo. “Para todos os ex-tarifários de módulos solares concedidos condicionados ao limite de preço unitário, constatou-se que a indústria nacional era capaz de produzir os equipamentos com a mesma tecnologia que os módulos importados e nos mesmos prazos de entrega”.

A pasta afirma ainda que foram feitas consultas públicas para que a indústria se manifestasse sobre a existência de produção local dos equipamentos.

Esse é outro ponto de divergência. Roberto Rached, sócio do Melcheds Advogados, afirma que a indústria nacional não declarou, num primeiro momento, capacidade de produção do painel bifacial. “Para que as empresas apresentassem uma nova versão sobre isso, deveria ter sido feito uma nova consulta pública, e isso não aconteceu”, defende.

Uma das fabricantes nacionais de módulos que contestou a medida do ex-tarifário na Camex é a BYD, de origem chinesa. Para a companhia, a indústria local está sendo penalizada pela falta de isonomia para competir com o bem importado.

“Os fabricantes locais ainda pagam cerca de 30% de impostos sobre os insumos para fabricação no país, enquanto os importados só pagavam 12% de imposto de importação. Entretanto, a recente isenção para zero do imposto de importação, enquanto os fabricantes locais ainda estão sujeitos a uma carga tributária de 30%, gera falta de isonomia e dificulta a produção local, uma distorção injusta contra as indústrias locais”, disse a BYD, em nota.

Além dos bifaciais, vários outros modelos foram incluídos no ex-tarifário, mas todos estão inviabilizados pelos mesmos motivos, afirma Aldo Teixeira, presidente da Aldo Solar, distribuidora de equipamentos para geração distribuída. “O benefício tem funcionado só para inversores”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/10/2020

Seção: Política

Autor: Luísa Martins

Título: Petrobras pede tratamento análogo à embaixada

A Petrobras adotou uma estratégia jurídica inédita para tentar se livrar de compartilhar a íntegra dos acordos celebrados com as autoridades de Justiça dos Estados Unidos (EUA). Pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a Corte lhe dê tratamento semelhante ao conferido às embaixadas estrangeiras localizadas no Brasil, imunes a decisões proferidas pelo Judiciário nacional.

A petição da estatal foi protocolada nos autos de um dos processos em que os advogados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva requerem acesso a os documentos, os quais consideram essenciais para o exercício pleno do direito de defesa - tanto no caso do tríplex do Guarujá (SP), pelo qual o petista foi condenado, quanto no da ação penal em que é ele é acusado de receber propina da Odebrecht.

Para alegar a impossibilidade de entregar os arquivos, a Petrobras citou como precedente um habeas corpus de relatoria do ex-decano Celso de Mello, julgado pela Segunda Turma dez anos atrás. Na ocasião, o colegiado decidiu que o STF não tinha poder para impor, às delegações diplomáticas estrangeiras sediadas no país, o cumprimento de determinações judiciais, pois elas não estariam sujeitas à jurisdição do Estado brasileiro.

“Naturalmente, a pretensão formulada na inicial não trata de determinação a embaixada estrangeira, mas a racionalidade do entendimento pode ser perfeitamente transportada para o presente caso”, escreveram os advogados da empresa, citando que os documentos são sigilosos e estão sob titularidade das autoridades americanas.

A decisão cabe ao relator da Operação Lava-Jato na Corte, ministro Edson Fachin, mas a tendência é a de que ele leve a discussão para análise da Segunda Turma, composta também pelos ministros Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia. A partir de 5 de novembro, o desembargador Kassio Marques, aprovado como novo ministro do Supremo, também assume uma cadeira no colegiado.

Em resposta, a defesa de Lula disse que a Petrobras viola o princípio da boa-fé processual ao tentar equiparar a sua situação jurídica a de uma embaixada estrangeira, em uma analogia que “carece de seriedade”.

“A Petrobras é empresa brasileira e não uma embaixada, e, além disso, a petrolífera figura nas ações penais como assistente de acusação contra o reclamante [Lula] - de modo que deve arcar com o ônus inerente à posição por ela assumida voluntariamente”, destacaram, também em petição enviada ao STF, os advogados do ex-presidente.

Na Corte, eles têm insistido na tese de que a Petrobras incorre em um paradoxo ao pleitear no Brasil a reparação pelos prejuízos sofridos, enquanto nos EUA mantém um acordo de não persecução - o que indicaria o reconhecimento de alguma responsabilidade criminal.

Para a estatal, contudo, as situações são diferentes. “Aqui, trata-se responsabilização criminal por corrupção e pagamento de subornos a agentes públicos; nos EUA, tratou-se de suposta falha nas informações prestadas ao mercado, mas apenas no cumprimento de normas contábeis de direito estadunidense.”

A Petrobras diz que “nada nos acordos celebrados nos EUA tem relevância para a defesa do reclamante” e que a Segunda Turma do Supremo deve rejeitar os pedidos de compartilhamento de informações, para preservar a confidencialidade das informações e evitar “maiores prejuízos” à empresa, que ainda se recupera economicamente dos desvios.

Em outra frente, a defesa de Lula ainda tenta, na Justiça, obter do governo federal dados sobre a legalidade da cooperação da força-tarefa da Lava-Jato de Curitiba com os EUA. A suspeita é a de que a parceria tenha sido estabelecida de maneira informal pela força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba, sem passar pelo aval do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça, conforme manda a lei.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/10/2020

Seção: Suplementos

Autor: Marlene Jaggi**Título: Carnes, açúcar, minério e grãos dominam a pauta**

Proteínas, grãos, frutas, arroz, açúcar, café, lácteos. Embora seja conhecido exportador de produtos agropecuários, o Brasil tem aproveitado oportunidades para também vender aos árabes de minérios a motores; de cosméticos, roupas, calçados e medicamentos a uma série de outros itens. No time dos grandes exportadores estão frigoríficos, produtores de açúcar, minérios e grãos. São empresas como Vale, que começou a operar em Omã em 2012, com a inauguração do complexo industrial de Sohar, composto por uma planta com duas usinas de pelletização com capacidade de 9 milhões de toneladas de pelotas por ano e um centro de distribuição com capacidade de processar 40 milhões de toneladas por ano.

Segundo informações da empresa, que também tem escritório comercial em Dubai, em 2019, o Oriente Médio respondeu por 5% dos embarques de minério de ferro e pelotas da companhia. No primeiro semestre deste ano, a Vale vendeu 1,8 milhão de toneladas de minério de ferro e pelotas para a região, que aportou ao grupo, no período, receita líquida de US\$ 286 milhões. Em 2019, o montante foi de US\$ 1,282 bilhão.

A Weg passou a atender diretamente o mercado árabe em 2008, com uma filial em Dubai, mas, antes disso, já exportava seus equipamentos para a região. Fornecedora dos setores de mineração, óleo e gás, a companhia anunciou em junho o fornecimento de 69 motores elétricos e 50 inversores de frequência de média tensão para a planta de dessalinização de água marinha, a Rabigh 3, que está sendo construída na costa ocidental do Mar Vermelho, na Arábia Saudita.

Segundo Rodrigo Cetenaeski, gerente da divisão de negócios de águas da Weg, a participação neste e em outros projetos no mercado internacional de águas se deve à criação de uma estrutura exclusiva para atender as grandes empresas de engenharia, sobretudo espanholas e francesas, que também atuam como construtoras e operadoras. Os equipamentos para a Rabigh 3 serão fornecidos por meio de empresas como o consórcio Abengoa, Sidem e Sepco III, e vão gerar uma receita de R\$ 50 milhões para a Weg.

As perspectivas da empresa nos países árabes, segundo ele, são positivas. “Além de a Weg estar se consolidando em grandes projetos locais nos segmentos de águas e óleo & gás, a distribuição de equipamentos de baixa tensão vem apresentando bons resultados”. Segundo ele, mais fabricantes de equipamentos têm se instalado na região e isso também representa oportunidades para a Weg.

Outra brasileira conhecida dos árabes é a Embraer. Além de vender aviões para a região, a companhia anunciou em novembro que a instalação da Falcon Aviation - companhia líder dos Emirados Árabes Unidos em serviços de aviação executiva - no Aeroporto Internacional Al Maktoum (DWC) foi aprovada como centro de serviço autorizado Embraer para ampliar o suporte a clientes dos modelos Legacy 600/650 e Lineage na região.

Maior produtor e exportador global de açúcar, o Brasil se firmou no mercado árabe como importante fornecedor do produto bruto. Grandes consumidores (os árabes consomem 10% do açúcar do mundo, embora representem 5% da população global) e conhecidos processadores do produto para reexportação, os países da liga importam um quinto do açúcar comercializado no mundo. “Trata-se de uma região extremamente importante dentro do mercado global de açúcar, que é destino de 40% das exportações brasileiras de açúcar”, diz Eduardo Leão, diretor executivo da Unica, organização que representa as maiores usinas do país.

Segundo Leão, nos últimos cinco anos, dos dez principais destinos das exportações de açúcar cinco foram países árabes - Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Marrocos, Argélia e Egito. Além do açúcar, o setor sucroalcooleiro tem feito um trabalho nos Emirados Árabes, Arábia Saudita e países do Norte da África para promover a utilização do etanol, dado o apelo sustentável que a região busca. “É uma forma que eles têm de reduzir o consumo de combustíveis fósseis e melhorar a imagem da região no campo da sustentabilidade”, afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/10/2020

Seção: Suplementos

Autor: Jacilio Saraiva

Título: Fonte renovável avança no território do petróleo

Quase 20% da eletricidade produzida pelos 22 países da Liga Árabe já vêm de fontes renováveis, segundo a instituição global de pesquisa World Resources Institute (WRI). Para diminuir ainda mais a dependência de reservas de petróleo e gás, as nações do bloco estão desenvolvendo grandes usinas de energia solar, eólica e de biomassa. Especialistas acreditam que alianças estratégicas podem deslançar iniciativas com capital árabe-brasileiro, tanto no Brasil como no Oriente Médio. Os fundos soberanos dos Países Árabes têm US\$ 2,3 trilhões para investimentos.

Tamer Mansour, secretário-geral da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, informa que há esforços para ampliar a geração de energia limpa em todos os

países da Liga, principalmente no nicho de energia solar. “É um recurso abundante na região, graças à prevalência de dias sem nuvens durante quase todo o ano”, afirma.

Os principais investimentos estão nos países do Golfo Árábico, grandes produtores de petróleo, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos (EAU), mas há outras iniciativas em curso. Até 2030, os governos do Marrocos, Tunísia e Egito querem que as fontes renováveis gerem 42%, 30% e 20%, respectivamente, do total da eletricidade usada em seus territórios.

O Marrocos já tem uma das maiores plantas de energia solar do mundo, de tamanho equivalente a 200 campos de futebol, com capacidade estimada de 500 MW e investimentos de US\$ 9 bilhões. Em Dubai, nos EAU, uma usina de biomassa é capaz de garantir 185 MW por ano. Trata cinco mil toneladas de resíduos orgânicos e a meta é processar 1,8 milhão de tonelada ou 60% dos dejetos produzidos no emirado. Quando alcançar esse patamar, vai entregar força suficiente para 120 mil casas, explica Mansour.

O secretário afirma que alianças estratégicas podem formatar novos projetos de geração de energia de capital árabe-brasileiro. Os fundos soberanos dos Países Árabes, com US\$ 2,3 trilhões para investimentos, priorizam aportes em usinas de energia limpa dentro e fora do bloco. “Os árabes têm por tradição investir em várias partes do mundo, em setores como segurança alimentar e infraestrutura.” Os investimentos podem aproveitar a vocação brasileira na geração eólica, solar e de biomassa, afirma.

Há quatro anos, a Centrais Elétricas de Sergipe (Celse) firmou com a catari Ocean LNG (consórcio entre Qatar Petroleum e ExxonMobil) um contrato de fornecimento anual de 1,3 milhão de toneladas de gás natural liquefeito (GNL) por 25 anos. O GNL é utilizado na geração de eletricidade do complexo termelétrico do Porto de Sergipe I, próximo à capital Aracaju. O acordo inclui a construção de um gasoduto submarino de 33 quilômetros e uma instalação flutuante, que receberá o insumo do Catar, por navio.

Para acelerar o intercâmbio de mais recursos com o Brasil, Mansour defende acordos de livre comércio e de não bitributação de investimentos. “No caso da não tributação, temos apenas um entendimento com os EAU”, diz. Além disso, é necessário intensificar o diálogo científico com a região, que mantém centros de pesquisas dedicados à energia limpa, afirma.

Edson Machado Filho, coordenador do Centro de Empreendedorismo e Inovação (CEI) do Ibmec-SP, destaca que a criação de políticas públicas pode reforçar os laços de inovação entre os países. “São ações que facilitam a entrada de investimentos e dão oportunidades às startups do setor”, diz. Hoje, as fontes

de energia mais aderentes ao fomento de negócios entre o Brasil e os árabes são a eólica e a solar, devido às similaridades climáticas, com altas temperaturas e grandes áreas expostas ao vento, explica.

Na visão de Diogo Romeiro, pesquisador do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ceri), apesar dos avanços do bloco árabe na geração solar, o subsídio ao consumo de combustíveis fósseis ainda é alto na região e pode represar investimentos em alternativas renováveis. “A Agência Internacional de Energia [IEA, na sigla em inglês] estima que, em 2018, o montante de subsídio para o consumo de combustíveis fósseis alcançou US\$ 27 bilhões no Egito e US\$ 17 bilhões na Argélia”, diz.

Maurício Salla, especialista da indústria de energia da consultoria Crowe Macro, destaca que iniciativas de coordenação globais podem acelerar acordos. A criação do Pan-Arab Clean Energy Initiative (Pace), grupo que norteia os esforços da região no segmento, mostra que a transição energética está em curso, afirma. Uma das metas do conselho é aumentar a capacidade de geração de energia limpa de 12 GW, em 2013, para 80 GW, em 2030.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/10/2020

Seção: Debates

Autor:

Título: Privatização da Petrobras: um caso de jabuticaba brasileira: Luiz Pinguelli Rosa

Estratégia das petrolíferas globais é possuir grande capacidade de refino

Mestre em engenharia nuclear e doutor em física, é ex-secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças do Clima (2004-2015), ex-presidente da Eletrobras (2003-2004, governo Lula) e professor de planejamento energético da Coppe/UFRJ

A privatização da Petrobras é o novo capítulo da crise política que se abateu sobre o país com o governo Jair Bolsonaro. Tendo em vista as implicações futuras para o país e para a sociedade brasileira, o tema merece um julgamento apurado.

Para driblar a necessidade legal de aprovação pelo Congresso da venda em fatias da empresa estatal, o caso foi submetido ao Supremo Tribunal Federal. No início, os primeiros votos foram contrários à distorção da lei e da Constituição, com base no entendimento de que a venda pretendida das

refinarias — Abreu e Lima, Landulpho Alves, Presidente Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini — deveria ser submetida ao Congresso, como manda a lei.

Entretanto, o presidente do Supremo, Luiz Fux, interrompeu a votação e mudou o processo decisório para, assim, autorizar a venda, como era a intenção do ministro da Economia, Paulo Guedes, um autoritário ultraliberal. Desse modo, a maioria dos ministros do STF atendeu aos interesses da classe dominante, contrários aos interesses do país, como mostrarei a seguir.

A grande mídia noticiou o fato como vitória da Petrobras, o que confunde a opinião pública, pois a atual gestão da estatal indicada por Bolsonaro é ideologicamente contrária aos interesses nacionais, os quais incluem atender a demanda interna de derivados a preços justos, bem como desenvolver a exploração, a produção e a tecnologia, incluindo os biocombustíveis. Não basta dar lucro para os acionistas, em particular os norte-americanos.

À parte o interesse nacional, que cabe à gestão da estatal defender, o próprio interesse da empresa energética está em jogo. A posição das maiores empresas petrolíferas do mundo é de possuir uma grande capacidade de refino, maior até que a de produção. A razão é simples: o preço internacional do barril do petróleo varia muito. Nos últimos anos foi de US\$ 100 a US\$ 20; logo, a margem de lucro na sua produção tem uma variação difícil de prever. Entre 2015 e 2016, o lucro líquido da Petrobras no refino foi maior do que na exploração e produção (E&P). Já em 2017, a situação se inverteu. A verticalização, englobando “upstream” (E&P) e “downstream”, que inclui refino, transporte e distribuição, permite equilibrar o lucro da empresa.

A maior refinadora do mundo é a Exxon Mobil, com 5,5 milhões de barris por dia (b/d), seguida pela Shell, com 4,2 milhões de b/d. Suas refinarias se espalham pelo mundo, pois são empresas globais. Atualmente, a Exxon Mobil está expandindo sua capacidade de refino nos EUA. A capacidade de refino da Petrobras é de 2,4 milhões b/d. Por que vender o controle de suas refinarias? Será que a Exxon Mobil e a Shell estão erradas?

O Brasil produz 2,7 milhões de b/d e consome cerca de 3 milhões de b/d, mas deixa ociosa cerca de 25% da capacidade de refino nacional, importando derivados principalmente dos EUA. Se a Petrobras diminuísse um pouco os preços dos derivados, deslocaria os importados do mercado interno e aumentaria o seu faturamento, eliminando a capacidade ociosa de suas refinarias. Mas a política do governo é manter os preços no nível internacional e abrir o mercado.

Enquanto o presidente faz performances para o público, o ministro Paulo Guedes vende sorrateiramente pedaços da Petrobras e anuncia o mesmo para a

Eletrobras. Já vendeu a preço de banana o controle de gasoduto e da distribuidora BR, da Petrobras. Agora, pretende apurar cerca de R\$ 50 bilhões com a venda do controle das refinarias — ou seja, uma ninharia, pois só de lucro em 2019 a Petrobras recebeu R\$ 40 bilhões. Ademais, as refinarias podem se voltar para a transição energética para reduzir emissões de CO₂, incorporando à produção do HVO (“hydrotreated vegetable oil”), o diesel verde, melhor que o biodiesel, como substituto ou aditivo do diesel.

Enfim, a privatização da Petrobras parece mais um caso de jabuticaba brasileira. Com a palavra, o almirante Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/10/2020

Seção: Mercado

Autor: Julia Moura

Título: Compra de crédito de descarbonização deve chegar a 6 milhões nesta segunda

Setor comemora marca, ainda que seja menos da metade da meta prevista para o ano pela ANP

A compra obrigatória de CBios (créditos de descarbonização) por distribuidoras de combustíveis no Brasil deve bater a marca dos 6 milhões nesta segunda (26), segundo dados da Unica (União da Indústria da Cana-de-açúcar), entidade que representa as usinas do Centro-sul, produtoras de etanol e emissoras destes títulos.

Na última sexta-feira (23), a compra obrigatória de CBios no Brasil chegou a 5,86 milhões de créditos.

Cada título equivale a uma tonelada de dióxido de carbono que deixou de ser emitida na atmosfera com a produção de biocombustível em detrimento de combustíveis fósseis. O preço médio do CBio é R\$ 39, mas ele tem subido no último mês. A média da última semana foi R\$ 51, fechando perto de R\$ 58 na sexta, cerca de US\$10,32.

No estado americano da Califórnia, um título semelhante vale US\$ 200 (R\$ 1.126).

Apesar da marca de 6 milhões ser comemorada pelo setor, o número é menos da metade dos 14,5 milhões de créditos que os distribuidores devem comprar, segundo meta definida pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) para 2020, o primeiro ano de negociação dos créditos.

Os créditos começaram a entrar no mercado em abril e, em setembro, o governo reduziu pela metade a meta de aquisição obrigatória de CBios, citando impactos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de combustíveis. Inicialmente, a meta de 2020 era de 28,7 milhões.

Além das distribuidoras, qualquer investidor, incluindo pessoa física, pode comprar CBios na Bolsa por meio do mercado de balcão.

Os CBios foram estruturados pelo RenovaBio, programa lançado pelo Ministério de Minas e Energia em 2016 para atingir parte das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa estipuladas pelo Brasil no Acordo de Paris.

“O início da operacionalização do RenovaBio possibilita a ampliação da sustentabilidade da nossa matriz de transportes e se faz ainda mais pertinente neste momento do Brasil, com a questão ambiental”, afirma Evandro Gus-si, presidente da Unica.

“É a indústria mostrando a importância de se reduzir a emissão de carbono”, diz.

O RenovaBio compara a pegada de carbono dos diferentes biocombustíveis em todo o seu ciclo, da produção à queima no veículo, para mensurar a redução de emissões proporcionada frente à alternativa fóssil. Com isso, o programa estabelece metas de descarbonização para cada distribuidora, cumpridas por meio do aumento do uso de combustíveis renováveis e pela comercialização de CBios.

Com as metas do RenovaBio, a produção nacional de etanol deve aumentar para 48 bilhões de litros em 2029. Para isso, as usinas deverão investir de R\$ 60 bilhões a R\$ 70 bilhões na próxima década —nas duas últimas safras, a produção foi de cerca de 33 bilhões cada uma. As estimativas são do governo federal.

Não podem emitir CBios fazendas de cana-de-açúcar que tenham desmatado desde 2018 para ampliar a plantação ainda que legalmente.

“Em linhas gerais, um metro cúbico gera cerca de um CBio, dependendo de qual é a eficiência da usina. É um dinheiro líquido que entra”, diz Cláudio Oliveira, vice-presidente de relações institucionais e desenvolvimento sustentável da Raízen.

A cada ano, as usinas devem certificar os seus dados de produção para emissão de novos CBios com uma certificadora terceirizada especializada, que valida a sustentabilidade do negócio. Quanto mais eficiência energética, mais créditos a usina pode emitir. Até o momento, são 22 usinas certificadas no país.

“O programa [RenovaBio] é fundamental para a transição para uma matriz energética mais limpa. Nenhuma outra iniciativa é tão completa. Para emitir CBios, a usina tem que mostrar toda a produção, o que exige aperfeiçoamento. É muito mais que uma diferenciação tributável e uma mistura de biocombustível em combustíveis fósseis. Tem um alcance muito maior”, afirmou Oliveira.

“A grande maioria da indústria se preocupou com isso e investiu dinheiro. Os CBios estão indo muito bem, superando a expectativa”, diz Luis Roberto Pogetti, presidente do Conselho de Administração da Copersucar.

A Copersucar tem capacidade para emitir 6 milhões de CBios anualmente. Até o momento, foram 2 milhões. O custo para a empresa se certificar, registrar seus créditos e contratar banco custodiante, além de corretagem e imposto, somou R\$ 15 milhões.

“O retorno financeiro não é relevante. A preocupação do produtor no momento é que o programa se solidifique e crie raízes. Ele não está esperando demanda para emitir CBio. Queremos dar liquidez para o mercado, que deve ganhar força no futuro. A sociedade precisa mitigar a emissão de carbono”, diz Pogetti.

Estão disponíveis no mercado brasileiro cerca de 11,6 milhões de títulos. Segundo a Unica, o volume de créditos será suficiente até o fim de 2020 para atender também pessoas físicas e jurídicas que queiram compensar suas próprias emissões de CEE ou especular em cima destes títulos, que não têm validade.

Segundo Fábio Alperowitch, gestor e sócio da Fama Investimentos, o volume de CBios negociado neste ano é pouco representativo, mas um bom primeiro passo sustentável.

“Estes números são ínfimos, mas são melhor que nada. Do ponto de vista ambiental, porém, o CBio é pouco representativo porque não protege os biomas mais sensíveis. A esperança é que o mercado de carbono seja regulamentado.”

Com a regulamentação, donos de terra na Amazônia seriam recompensados financeiramente por não desmatar, por exemplo, o que pode ter um impacto relevante na preservação da floresta.

“O mercado [de créditos de carbono] é pequeno, mas está crescendo muito. Dois terços do PIB mundial já têm carbono regulamentado. É um mercado gigantesco, representa muito dinheiro e pode ser o maior programa de transferência de renda da história. Quem precisa comprar crédito de carbono são os países ricos, e quem vende são os pobres”, afirma Alperowitch.

Gussi, presidente da Unica, critica a falta de padronização do mercado e dos títulos para uma negociação internacional, o que poderia atrair o investimento estrangeiro.

“Como o Brasil tem o maior potencial de biocombustíveis do mundo, nenhum outro país tem capacidade de ter um número tão elevado de crédito de carbono”, avalia.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/10/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Proposta deve ser ampliada no Legislativo

Para alavancar o ecossistema de empreendedorismo inovador, o Marco Legal das Startups tem três frentes de atuação: redução da burocracia, incentivo aos investimentos e fomento à participação das startups nas compras públicas. O projeto, contudo, ainda deve ganhar definições tributárias e trabalhistas no Congresso. Questões que até chegaram a ser debatidas entre o ecossistema de startups e o governo, mas acabaram ficando de fora do projeto assinado por Bolsonaro.

O projeto do governo considera como startups aquelas empresas cuja atuação caracteriza-se pela inovação aplicada a modelo de negócios, produtos ou serviços ofertados, com até seis anos de atuação e R\$ 16 milhões de faturamento bruto anual. E, se aprovado, vai permitir que essas companhias se registrem de forma facilitada e menos custosa como sociedades anônimas, o que deve contribuir com a entrada delas no mercado de capitais.

O texto também dedica um capítulo especial aos investimentos em inovação. Com o intuito de dar mais segurança jurídica a essas aplicações, deixa claro que os investidores-anjo — aqueles que aplicam dinheiro em um negócio inovador nascente — não se configuram sócios e, por isso, não precisam arcar com os eventuais prejuízos das startups que não conseguirem deslanchar. O projeto ainda permite que as metas de investimentos em pesquisa e inovação de empresas considerem aplicações em startups. “Só a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e a ANP (Agência Nacional do Petróleo) têm uma cláusula de investimento obrigatório de R\$ 3 bilhões por ano em pesquisa e desenvolvimento. Parte disso poderá ser direcionada às startups”, diz o subsecretário Igor Nazareth.

Além disso, a proposta facilita a participação das startups no mercado de compras públicas, que movimenta R\$ 72 bilhões por ano só no ComprasNet, o portal de compras do governo federal. Para isso, permite que o poder público faça licitações voltadas exclusivamente às startups, teste as soluções de inovação dessas empresas antes de efetivar a compra e antecipe o pagamento desses contratos para que os empreendedores tenham o capital necessário para o desenvolvimento das soluções contratadas.

Para o ecossistema de startups, as medidas são acertadas. “O Marco Legal partiu das dores do ecossistema e foi construído a várias mãos. Então, conseguiu definir pontos importantes de incentivo à criação, à contratação e ao investimento nesses negócios”, comentou o presidente da ABStartups, Amure Pinho. Ele ressaltou que a decisão da Câmara de apensar a proposta do governo ao projeto que já tramita na Casa é importante. É que, apesar de acertar nos três pontos que decidiu abordar, o texto do governo não trata de questões tributárias e trabalhistas, fundamentais para os investidores-anjo.

A questão tributária chegou a ser tema de um grupo de trabalho nas discussões do governo, mas não entrou na versão final do Marco Legal porque o Executivo decidiu priorizar outros eixos, segundo Nazareth. Pinho explica que o pleito do setor neste caso “vai de encontro direto a um desafio do governo, que é não perder receita”. É que as startups gostariam de ter mais flexibilidade no pagamento das obrigações tributárias e das verbas trabalhistas, sobretudo no início da operação, já que, muitas vezes, começam pequenas e sem capital. (MB)

“Só a Aneel e a ANP têm uma cláusula de investimento obrigatório de R\$ 3 bilhões por ano em pesquisa e desenvolvimento. Parte disso poderá ser direcionada às startups”

Igor Nazareth, subsecretário de Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, do Ministério da Economia

CAPAS DE JORNAIS

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921



UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 * Nº 33.444

SEGUNDA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 2020

R\$ 5,00

ENTREVISTA DA 2ª

Emicida

País não lida bem com pluralidade, ainda mais de preto

Indicado a duas categorias do Grammy Latino 2020, o rapper Emicida, 35, lançou neste mês seu terceiro livro, voltado para o público infantil.

A *Folha* ele fala sobre polêmica envolvendo sua ausência em ato antirracista em junho. "Tenho plena convicção do país onde nasci. O Brasil não se relaciona bem com pluralidade, principalmente com a de pessoas pretas", diz. **A14**



Músico lançou livro infantil sobre o medo
Julia Rodrigues/Divulgação

Menos de 1% dos candidatos retêm 80% do fundo eleitoral

De 549 mil postulantes no país, maioria da verba pública chegou a 4.600 deles

A menos de um mês do primeiro turno, os fundos eleitoral e partidário têm sido direcionados em sua maior parte até agora para apenas 0,8% dos cerca de 549 mil candidatos a prefeito e vereador, segundo prestações de contas parciais das eleições compiladas pela *Folha*.

Pouco mais de 50 mil postulantes receberam verbas de seus partidos para o pleito, mas 80% do valor liberado (R\$ 646 milhões de R\$ 807 milhões) foram destinados a cerca de 4.600 candidaturas. O prazo para entregar à Justiça a prestação parcial das contas terminou ontem.

O campeão é o candidato à reeleição em São Paulo, Bruno Covas (PSDB), com R\$ 7,8 milhões declarados, sendo R\$ 5 milhões repassados pela sua própria sigla. A seguir aparece Bruno Reis (DEM), candidato em Salvador a suceder ACM Neto, presidente nacional do partido.

Quem mais recebeu verba apenas do partido foi o candidato a prefeito do Recife João Campos, filho do ex-governador Eduardo Campos, morto em 2014. Desde 2015, com o veto ao custeio empresarial, a maior parte da verba para a eleição sai dos cofres públicos. **Poder A4**

Quase 60% dos consumidores têm adiado compras

Sondagem especial feita pelo Ibope (Instituto Brasileiro de Economia), da FGV, mostra que 58% dos consumidores têm adiado compras de bens ou serviços. O principal motivo, apontado por 53% dos entrevistados, é a incerteza com relação à pandemia de Covid-19. **Mercado A15**

Judiciário pressiona Senado por lei para evitar falências

Mercado A17

Thiago Amparo

A farda que veste policiais negros

Confundem-se corpos negros fardados com ausência de práticas racistas. O olhar de policiais negros eleva a complexidade do debate sobre seletividade racial na ação policial, mas reforça que, sem mudança institucional, não haverá fim à violência. **Cotidiano B2**



Karime Xavier/Folhapress

DEVOTOS CELEBRAM MEMÓRIA DE PADRE CÍCERO A DISTÂNCIA COM PANDEMIA

Com máscara e ajoelhada, a aposentada Joana Chagas, 80, assiste a missa pela televisão em Juazeiro do Norte (CE), por causa do coronavírus **Saúde B2**

STF costuma negar solturas como a de André do Rap

Levantamento no site do tribunal encontrou 653 habeas corpus que usaram o mesmo argumento que permitiu a soltura de André de Oliveira Macedo. Os ministros negaram 513 pedidos, 79% do total. A soltura foi determinada em 133 casos (20%). **Cotidiano B1**

semináriosfolha

medicamentos biossimilares

A segunda onda

Com 32 biossimilares já aprovados pela Anvisa e três deles presentes na rede pública de saúde, a expectativa do setor é tratar mais doenças a um custo menor no país. **Especial p.1**

Ilustrada B9

Como fazer muitos amigos e influenciar pessoas: a biografia de Nelson Motta

Esporte B7

Hamilton passa Schumacher e vira recordista isolado de vitórias na F-1

Maioria dos países não deve impor vacina obrigatória

Não há notícia de que algum país tenha declarado oficialmente que tornará obrigatória a aguardada vacina contra o coronavírus, que está sendo desenvolvida por 137 fabricantes. Muitos apostam em campanhas de conscientização. **Mundo A12**

Em plebiscito, Chile decide que terá nova Constituição

Um ano após fortes protestos no Chile, com 30 mortos e dezenas de feridos, o país foi às urnas ontem para decidir se quer uma nova Constituição. O protocolo rígido sanitário por causa da pandemia gerou longas filas, relata Sylvia Colombo, enviada a Santiago.

Com quase 87% das urnas apuradas, que apontavam aprovação da mudança por ampla margem (78%), o clima de festa tomou conta da capital. O presidente Sebastián Piñera disse que a votação é o "princípio de um processo constituinte". **Mundo A10**

Pandemia no Brasil

Brasil	Casos	Óbitos
Total	5,4 mil	157,2 mil
Quem*	23 mil	468
Variação**	-10%	-20,7%

Estágio da pandemia
Desacelerado
Acelerado
Estável
Desacelerado
Reduzido



Dados das 20h de 25 out
*Média móvel de 7 dias
**Em relação a 14 dias



O piloto britânico Lewis Hamilton comemora vitória no GP de Portugal. Jorge Guernsey/Photo/ABP

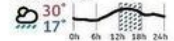
EDITORIAIS A2

Risco crescente
Sobre inflação e fragilidades da política econômica.

Retorno sensato
Acerca de aulas presenciais na cidade de São Paulo.

ATMOSFERA

São Paulo hoje



AUDIÊNCIA/MÊS

PÁGINAS VISTAS 167.623.478
VISITANTES ÚNICOS 30.539.482

ISSN 1678-0707
9 771614 372029



A Mastercard é mais do que cartão

Serviços de saúde e dados de pacientes precisam de proteção extra

Pág. A5

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1873
JULIO MESQUITA
(1864 - 1927)

Segunda-feira 26 DE OUTUBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46395

estadão.com.br

Startups ignoram crise e mostram força da inovação

Movimento de aquisições cresce e aportes nas novatas supera investimentos no setor nos últimos três anos

Mesmo com a pandemia e a crise na economia, 2020 vai se tornando o ano das startups. Dados da empresa Distrito, que mapeia o ecossistema de inovação, mostram a ocorrência de aquisições de startups entre janeiro e setembro, apontando para o melhor ano da história. O movimento supera o de-

sempenho de 2018 e 2019. O número de aportes realizados em empresas novatas também já registra recorde de 322 cheques, acima do melhor ano do setor, 2017, que teve 263 investimentos. No período, o volume total de aportes alcança US\$ 2,2 bilhões, 82% do que foi injetado no mercado em todo o

ano passado. "Esperamos que o último trimestre faça superar 2019, mas, mesmo com crise, enxergamos um mercado forte e bem aquecido", diz Gustavo Araújo, presidente da Distrito. "É muito positivo o balanço de 2020 até aqui", avalia Gilberto Sarfaty, professor da FGV-SP. **ECONOMIA / PÁG. B1**

● **Unicórnio da quarentena**
Dona de uma solução que ajuda grandes marcas na criação de lojas online, a startup Vtex cresceu 96% na pandemia, atingindo um ponto a que só esperava chegar em 2023. **PÁG. B1**

Supremo tem dez liminares valendo há mais de 5 anos

O Supremo Tribunal Federal necessita de um esforço concentrado para acabar com uma pilha de liminares pendentes de julgamento. O *Estado* identificou dez decisões tomadas por relatores há mais de cinco anos. São atos para suspender resoluções, leis estaduais e federais e até Emenda à Constituição da República e à do Estado do Rio. Todas em pleno vigor, por decisão de um único ministro, mas sequer começaram a ser julgadas. **POLÍTICA / PÁG. A4**



Tatuapé vira polo de arranha-céus em SP

Em 2021, o Tatuapé terá o maior edifício da cidade: o Platina 220, com 172 m de altura, dois a mais que o Mirante do Vale, no centro. **METRÓPOLE / PÁG. A11**

Sua Carreira
Estudo aponta 21 profissões do futuro

Estudo feito pela multinacional de tecnologia Cognizant aponta 21 profissões que, nos próximos anos, devem movimentar as agências de recursos humanos. É o caso do alfaiate digital, que desenha roupas sob medida para lojas que operam pela internet, e do investigador de dados, que analisa informações e rastros deixados por pessoas, empresas e governos na web. **ECONOMIA / PÁG. B7**

São Paulo avança na Copa do Brasil
ESPORTES / PÁG. A15

Vice de Trump tem 5 assessores com covid
INTERNACIONAL / PÁG. A10

● A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)
TOTAL DE MORTES 157.163
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM 237
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS) 468
TOTAL DE TESTES POSITIVOS 5.393.759
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM 12.535
TOTAL DE RECUPERADOS* 4.835.915
*NÃO INCLUI RECIPIENTES DA SAÚDE



Pesquisa infecta voluntários com coronavírus

Pesquisadores do Imperial College, de Londres, planejam infectar deliberadamente voluntários saudáveis com o coronavírus como parte da primeira tentativa no mundo para estudar como pessoas imunizadas com diferentes vacinas reagem a uma exposição controlada ao vírus. **METRÓPOLE / PÁG. A14**

Eleições 2020
PSDB E PT LUTAM PELO PODER NA GRANDE SP

Massacrado nas urnas em 2016, após impeachment de Dilma Rousseff, o petismo tenta recuperar espaço na Grande SP. Mas enfrenta polarização com tucanos, que governam até São Bernardo, a base de Lula. **POLÍTICA / PÁG. A6**

Bolsonaro sai do sério com o preço do arroz

O presidente Jair Bolsonaro irritou-se ontem, em Brasília, com o pedido de um homem, não identificado, sobre o alto preço do arroz. "Quer que eu baixe na camiseta? Você quer que eu tabelle? Se você quer que eu tabelle, eu tabelle. Mas vai comprar lá na Venezuela", respondeu, irritado. **ECONOMIA / PÁG. B5**

Luiz Carlos Trabuco Capri
Há muito tempo, o Brasil cresce de forma letárgica, 1% ou 2%, isso quando não temos recessão. **ECONOMIA / PÁG. B8**

Fareed Zakaria
Correr novamente o risco de prever que Trump perderá a eleição. Ainda aposte no melhor dos EUA. **INTERNACIONAL / PÁG. A10**

Mauro Cezar Pereira
Há cartolas que conhecem menos jogadores do exterior que qualquer menino de 12 anos que jogue Fifa no PlayStation. **ESPORTES / PÁG. A16**



A EMOÇÃO, NO OLHAR

Animação 'A Caminho da Lua', da Netflix, narra uma delicada história familiar em defesa da ciência. **PÁG. H1**

A TRAGÉDIA DE JARRETT

Pianista encerra carreira depois de sofrer um AVC. **PÁG. H6**

Esportes
Hamilton faz história
Piloto chega a 92 vitórias em 262 corridas e bate marca de Schumacher. **PÁG. A18**



NOTAS E INFORMAÇÕES
Brincando com fogo
Num momento de fuga de capitais e ameaças de estrangeiros alarmados com o desmatamento, a chantagem de Ricardo Salles é grave sinal de instabilidade e insegurança. **PÁG. A3**
Orgulho de ser pária
Sob as ordens de Jair Bolsonaro, e de Ernesto Araújo, guinada na política externa colocou o Brasil na inédita posição de pária. **PÁG. A3**

Tempo em SP 17 Min. 30° Máx.
SUMMIT SAÚDE BRASIL 2020
OS LEGADOS DA PANDEMIA
26/10, das 9 às 12h

Audiência em patamar estável
Quarta edição de audiência em 2020. O Globo e o site globo.com mantêm a liderança em audiência no terceiro mês de 2020.

Tatá Werneck 'lady night'
ganha nova temporada: 'Citar sem público é expiação'

100% digital (2020) - 100% digital (2020) - 100% digital (2020)

SALÁRIOS E PENSÕES

Gastos com pessoal deixam capitais sem investimento

Até 2030, Rio, SP e Porto Alegre estarão com as contas estranguladas

O crescimento contínuo dos gastos com pessoal nos municípios brasileiros está gerando um déficit estrutural que pode levar a uma crise financeira em 2030, segundo um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O estudo aponta que, se não houver mudanças, os municípios terão dificuldades para pagar salários e pensões, o que pode levar a uma crise financeira em 2030.

Chile enterra Constituição da ditadura Pinochet

Compartilhado em rede social, o texto da Constituição de 1980, que instituiu a ditadura de Pinochet, foi enterrado no Chile. O ato simboliza o fim da ditadura e a restauração da democracia.

Domingo de sol, moto e pacificação

As ruas de São Paulo estão lotadas de motoqueiros no domingo. A cidade está pacificada e os moradores aproveitam o bom tempo.

ATENÇÃO: SOMENTE COM MÁSCARA

... E aí, pessoal... a gente já está indo pra casa, não é?

maçoço

Rio já registrou 37 denúncias de atuação do crime na eleição

Foram registradas 37 denúncias de atuação do crime organizado na eleição municipal de Rio de Janeiro. As denúncias foram feitas por cidadãos e autoridades.

OS SETE ETERNOS

Os sete eternos candidatos que nunca se elegeram

Sete políticos são conhecidos como 'os sete eternos' por nunca terem sido eleitos. Eles são conhecidos por sua longa carreira política.

Dez crianças já foram mortas a tiros este ano no Rio

Dez crianças foram mortas a tiros este ano no Rio de Janeiro. O caso é considerado uma tragédia e a polícia está investigando.

Paralela intensifica preconceito contra idosos

Paralela intensifica o preconceito contra idosos. O programa está sendo criticado por sua abordagem.

Flu vence e entra no G-4; Fla empata no fim

Fluminense venceu o jogo contra o Flamengo e entrou no G-4. O Flamengo empatou no fim do jogo.

Hamilton, o piloto com mais vitórias na F1

Lewis Hamilton é o piloto com mais vitórias na Fórmula 1. Ele venceu o Grande Prêmio de Abu Dhabi.

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 2020

NÚMERO 00.000 • 28 PÁGINAS • R\$ 2,50



Brinde ao bom futebol

Num jogo ofensivo e cheio de alternativas, Inter e Flamengo empataram, por 2 x 2, no Beira-Rio. Os dois times estão no topo da tabela do Brasileirão, com o mesmo número de pontos, mas o Colorado fica na frente pelo saldo de gols. Com boa exibição, Pedro (Foto/E, na disputa com Zé Gabriel) marcou um dos gols dos cariocas.

PÁGINA 16

João Serra/Gustavo/IMP



Uma nova história

Lewis Hamilton ganha GP de Portugal e chega à 92ª vitória na F-1. O britânico, agora, é o recordista da categoria, superando o alemão Michael Schumacher.

PÁGINA 16

Chile diz "sim" às mudanças

Plebiscito realizado ontem mostrou expressiva adesão à proposta de uma nova Constituição, defendida pela esquerda. Presidente confirma resultado e prega união nacional.

PÁGINA 14

Saúde

Gastronomia em 3ª dimensão

Cientistas brasileiros criam géis, à base de amido de mandioca e trigo, para serem usados como ingredientes em impressoras 3D.

PÁGINA 15

CB Poder

O secretário de Cultura do DF, Bartolomeu Rodrigues, é o entrevistado de hoje, às 13h20, na TV Brasília e nas redes sociais do Correio.

Escolas particulares preveem retorno de 32% no ensino médio

Esta é a terceira etapa do cronograma de retomada gradual das atividades na rede privada do DF. Mas, o modelo híbrido, de aulas presenciais e on-line, permanece, cabendo aos pais e alunos a decisão sobre a maneira como serão os encontros. A previsão é de que cerca de 9 mil, dos 28 mil matriculados, voltem, hoje, a 60 estabelecimentos. Luiza Leal Trezzi, estudante do 3º ano do Sigma (foto), será um deles. O sindicato dos professores dos colégios particulares criou uma força-tarefa para avaliar se os colégios têm cumprido o protocolo de segurança e garante que eles estão seguindo as normas e mantendo um número reduzido de pessoas em sala de aula.

Ed Alves/CB/DA Press



PÁGINA 17

Ed Alves/CB/DA Press



Brasiliense vai às ruas

Muitos aproveitaram o domingo para ir à Feira dos Importados em busca de presentes e itens natalinos. Apesar de a maioria usar máscaras, houve pontos de aglomeração. Parques e W3 Sul também ficaram lotados. PÁGINA 18

Eleições 2020

Dona Dica pede voto aos 107 anos

A mais velha candidata no pleito tenta ser vereadora em Minas. Outros seis idosos com idade centenária disputam o pleito no país. PÁGINA 3

Boletim

João de Deus é transferido para UTI

Estado de saúde do médium segue delicado, porém, estável. Ele apresenta problemas cardíacos e gástricos. PÁGINA 18

Outubro Rosa para levantar a autoestima

Iniciativas buscam fortalecer o amor próprio de mulheres em tratamento ou que venceram o câncer de mama. Andressa participou de um editorial de moda promovido por uma marca de roupas.

PÁGINA 21

Pressionado, Salles pede desculpas a general

Depois de ser criticado pelos presidentes da Câmara e do Senado, ministro do Meio Ambiente vai às redes sociais se retratar. Ele disse que "se excedeu" ao chamar Luis Eduardo Ramos, chefe da Secretaria de Governo, de "Maria Fofoca".

No Cruzeiro, Bolsonaro manda morador comprar arroz na Venezuela

PÁGINA 2



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(11) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .